

MUNICÍPIO
DE
CALHETA (Madeira)

ORÇAMENTO
DA
RECEITA E DESPESA

RELATIVOS
AO
ANO FINANCEIRO DE 20 22

ESPÉCIME

	APROVAÇÕES	
	DATAS DAS DELIBERAÇÕES	
	Câmaras	Assembleia Municipal
Inicial	09.12.2021	27.12.2021
	. 20	. 20
Revisão - 1. ^a	. 20	. 20
» - 2. ^a	. 20	. 20
» - Especial	. 20	. 20
Alteração - 1. ^a	. 20	Obs.:
»	. 20	
»	. 20	
»	. 20	
»	. 20	
»	. 20	

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICIPIO DE CALHETA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2022

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	10.979.596,00	Correntes	10.440.652,00
De capital	8.931.676,00	De capital	9.471.620,00
Outras	1.000,00		
Total	19.912.272,00	Total	19.912.272,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	19.912.272,00	Total Geral	19.912.272,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA Tipo de Dotação : DOTACÕES INICIAIS Tipo de Visualização : RESUMIDA Desagregar : N Euros

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2022 Período	Soma	Plano orçamental plurianual			
					2023	2024	2025	2026
	Receita corrente		10.979.596,00	10.979.596,00	10.979.596,00	10.979.596,00	10.979.596,00	10.979.596,00
	Receita de capital		6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00
	Receita efetiva [1]		17.012.272,00	17.012.272,00	17.012.272,00	17.012.272,00	17.012.272,00	17.012.272,00
	Receita não efetiva [2]		2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00
	Receita total [3] = [1] + [2]		19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00
	Despesa corrente		10.440.652,00	10.440.652,00	10.440.652,00	10.440.652,00	10.440.652,00	10.440.652,00
	Despesa de capital		9.080.410,00	9.080.410,00	9.080.410,00	9.080.410,00	9.080.410,00	9.080.410,00
	Despesa efetiva [4]		19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00
	Despesa não efetiva [5]		391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]		19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00
	Saldo global [1] - [4]		-2.508.790,00	-2.508.790,00	-2.508.790,00	-2.508.790,00	-2.508.790,00	-2.508.790,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

tipo de Orçamento : DA RECEITA

tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S

Euros

Rubrica	Designação	Periodos anteriores	Orçamento 2022 Periodo	Soma	Plano orçamental plurianual		
					2023	2024	2025
R7	07020804	Serviços Desportivos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	404.235,00	404.235,00	404.235,00	404.235,00	404.235,00
	07020901	Sanamento	31.157,00	31.157,00	31.157,00	31.157,00	31.157,00
	0702090101	LIGACAO - EMPRESAS	5.174,00	5.174,00	5.174,00	5.174,00	5.174,00
	0702090102	LIGACAO - PARTICULARES	25.983,00	25.983,00	25.983,00	25.983,00	25.983,00
	07020902	Resíduos Sólidos	237.077,00	237.077,00	237.077,00	237.077,00	237.077,00
	0702090201	RESÍDUOS SÓLIDOS - EMPRESAS/OUTROS	92.390,00	92.390,00	92.390,00	92.390,00	92.390,00
	0702090202	RESÍDUOS SÓLIDOS - PARTICULARES	144.687,00	144.687,00	144.687,00	144.687,00	144.687,00
	07020903	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
	0702090302	Transportes Escolares	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	0702090303	Transportes de Pessoas e Mercadorias	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	0702090399	Outros	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	07020904	Trabalhos por Conta de Particulares	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	07020905	Cemitérios	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00
	07020906	Mercados e Feiras	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	07020907	Parques de Estacionamento	90.314,00	90.314,00	90.314,00	90.314,00	90.314,00
	07020909	Canídeos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	07020999	Outros (Serviços Específicos da Autarquia)	337,00	337,00	337,00	337,00	337,00
	070299	Outros (Serviços)	90.884,00	90.884,00	90.884,00	90.884,00	90.884,00
	0703	RENDAS	37.289,00	37.289,00	37.289,00	37.289,00	37.289,00
	070301	Habitacões	19.956,00	19.956,00	19.956,00	19.956,00	19.956,00
	070302	Edifícios	17.323,00	17.323,00	17.323,00	17.323,00	17.323,00
	070399	Outras (Rendas)	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.766,00	4.766,00	4.766,00	4.766,00	4.766,00
	0801	OUTRAS	4.766,00	4.766,00	4.766,00	4.766,00	4.766,00
	080199	OUTRAS	4.766,00	4.766,00	4.766,00	4.766,00	4.766,00
	08019901	E INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO D	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	08019902	E INDEMNIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM EM	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	08019903	IVA REMBOLSADO	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	08019999	DIVERSAS	4.736,00	4.736,00	4.736,00	4.736,00	4.736,00
	09	Recorda de bens de investimento	6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00	6.032.676,00
	0901	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.932,00	1.932,00	1.932,00	1.932,00	1.932,00
	090101	TERRENOS	1.932,00	1.932,00	1.932,00	1.932,00	1.932,00
R9	090102	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090103	Sociedades Financeiras	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090105	Adm. Publica - Administracao Central - Estado	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090107	Adm. Publica - Administracao Regional	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090109	Adm. Publica - Administracao Local - R.A.M.	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090110	Instituições Sem Fins Lucrativos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	0902	Familias	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090201	HABITAÇÕES	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
	090207	Sociedades e Quase - Sociedades Nao Financeiras	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090210	Adm. Publica - Administracao Local - R.A.M.	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090210	Familias	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	0903	EDIFÍCIOS	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
	090301	Sociedades e Quase - Sociedades Nao Financeiras	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090310	Familias	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	1.812,00	1.812,00	1.812,00	1.812,00	1.812,00
	090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRA	1.752,00	1.752,00	1.752,00	1.752,00	1.752,00
R911	09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1.732,00	1.732,00	1.732,00	1.732,00	1.732,00
	09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	09040103	Outros	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090407	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- REGIÕES A	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
	09040701	Equipamento de Transporte	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	09040702	Maquinaria e Equipamento	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	09040703	Outros	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	090410	Familias	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
	09041001	Equipamento de Transporte	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	09041002	Maquinaria e Equipamento	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	09041003	Outros	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	09041003	Transferências e subsídios de capital	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00
	09041003	Transferências de capital	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00
	09041003	Administrações Públicas	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00	6.029.724,00
	09041003	Administração Central - Estado Português	890.532,00	890.532,00	890.532,00	890.532,00	890.532,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Plano orçamental plurianual

Desagregar : S

Euros

Rubrica		Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2022 Período	Soma	2023	2024	2025	2026
D4	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		83.000,00	83.000,00	83.000,00	83.000,00	83.000,00	83.000,00
	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00
	03010302	Empréstimos a Médio e Longo Prazos		33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00
	030105	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	03010502	Empréstimos de Médio e Longos Prazos - (PAEL)		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	030305	Material de Transporte		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	030601	Outros Encargos Financeiros		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	D41	Transferências e subsídios correntes		1.104.410,00	1.104.410,00	1.104.410,00	1.104.410,00	1.104.410,00	1.104.410,00
D41	D411	Transferências correntes		939.220,00	939.220,00	939.220,00	939.220,00	939.220,00	939.220,00
	D411	Administrações Públicas		110.160,00	110.160,00	110.160,00	110.160,00	110.160,00	110.160,00
	D4111	Administração Central - Estado							
	D4112	Administração Central - Outras entidades							
	D4113	Segurança Social							
	D4114	Administração Local							
	D4115	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL							
	0102	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
D413	040503	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
	04050304	Associações de Municípios		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
	04	CÂMARA MUNICIPAL		108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00
	0405	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00
	040503	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00	108.910,00
	04050302	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA		89.800,00	89.800,00	89.800,00	89.800,00	89.800,00	89.800,00
	04050304	Freguesias		19.100,00	19.100,00	19.100,00	19.100,00	19.100,00	19.100,00
	04050306	Associações de Municípios		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00
	0103	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00
D414	04	CÂMARA MUNICIPAL		375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00
	0407	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00
	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00
	040701	Instituições Sem Fins Lucrativos		375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00	375.600,00
	01	Famílias		401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00
	0103	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00
	04	CÂMARA MUNICIPAL		401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00
	0408	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00
	040802	FAMÍLIAS		401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00	401.860,00
	04080201	Outras		141.860,00	141.860,00	141.860,00	141.860,00	141.860,00	141.860,00
D42	04080202	Programas ocupacionais		260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00
	01	Outros		51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
	0103	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
	04	CÂMARA MUNICIPAL		51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
	0401	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
	040102	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
	01	PRIVADAS		51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00	51.600,00
	0103	Subsídios Correntes		165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00
	05	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00
	0507	CÂMARA MUNICIPAL		165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00
D5	050701	SUBSÍDIOS		165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00	165.190,00
	05070101	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		155.690,00	155.690,00	155.690,00	155.690,00	155.690,00	155.690,00
	05070102	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PÚBLICA		155.690,00	155.690,00	155.690,00	155.690,00	155.690,00	155.690,00
	0508	CLUBES E ASSOCIAÇÕES		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	050803	Outras		155.680,00	155.680,00	155.680,00	155.680,00	155.680,00	155.680,00
	01	FAMÍLIAS		9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00
	0102	Outras		9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00
	06	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		499.210,00	499.210,00	499.210,00	499.210,00	499.210,00	499.210,00
	0602	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	060203	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
D6	06020305	OUTRAS		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	06	Outras		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
	0602	CÂMARA MUNICIPAL		499.200,00	499.200,00	499.200,00	499.200,00	499.200,00	499.200,00
	060201	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		499.200,00	499.200,00	499.200,00	499.200,00	499.200,00	499.200,00
	06020101	DIVERSAS		443.200,00	443.200,00	443.200,00	443.200,00	443.200,00	443.200,00
	0602010101	IMPOSTOS E TAXAS		368.200,00	368.200,00	368.200,00	368.200,00	368.200,00	368.200,00
	060201010101	Impostos e Taxas Pela Autarquia		367.200,00	367.200,00	367.200,00	367.200,00	367.200,00	367.200,00
	060201010199	Taxa de Gestão de Resíduos		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	0602010199	Outras		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	060201019999	Outras		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL MUNICÍPIO DE CALHETA										Pág. : 5 Ano : 2022
Tipo de Orçamento : DA DESPESA		Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS		Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO		Desagregar : S		Euros		
Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2022 Período	Soma	Plano orçamental plurianual					
					2023	2024	2025	2026		
D72 D8	Subsídios de capital		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
	Outras despesas de capital		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
	CAMARA MUNICIPAL		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
11	DIVERSAS		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
1102	Restituições		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
110201	Outras		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
110299			19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	19.521.062,00	
D9	Despesa não efetiva [5]		391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00	391.210,00	
	Despesa com ativos financeiros		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
	CAMARA MUNICIPAL		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
	ACTIVOS FINANCEIROS		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
09	UNIDADES DE PARTICIPACAO		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
0908	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBL		10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
090802			10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	
D10	Despesa com passivos financeiros		391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	
	ADMINISTRACAO MUNICIPAL		391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	
	OPERACOES FINANCEIRAS		391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	
	PASSIVOS FINANCEIROS		391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	
	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	391.200,00	
1006	Sociiedades Financeiras - Bancos e		85.200,00	85.200,00	85.200,00	85.200,00	85.200,00	85.200,00	85.200,00	
100603	Outras Instituições		306.000,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00	
100605	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL- ESTADO		19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	
	Despesa total [6] = [4] + [5]		19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	19.912.272,00	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DA CALHETA

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Documentos previsionais 2022

Articulado em conformidade com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 46.º do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Capítulo I

Âmbito e princípios genéricos

Artigo 1.º

Definição e objeto

O presente articulado estabelece regras e procedimentos complementares e necessários à execução do orçamento em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do art.º 46.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e em reforço das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei no 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2021, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Utilização de dotações orçamentais

1. Durante o ano de 2021 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), quando aplicável ao Município, com as devidas alterações.
2. A utilização das dotações orçamentais deve ser enquadrada numa lógica de contenção, rigor e permanente avaliação pelo que as cativações de dotação orçamental (diminuição da dotação orçamental disponível) são um instrumento de gestão financeira para conter despesa cuja receita depende de circunstâncias de mercado e de conjuntura, sendo necessário observar o comportamento definitivo desta antes da prossecução daquela.



MUNICÍPIO DA CALHETA

Artigo 3.º

Execução orçamental

1. A execução dos documentos previsionais será efetuada dando cumprimentos não só ao limite máximo das dotações aprovadas, como também ao nível dos compromissos, em obediência aos Fundos Disponíveis apurados mensalmente nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, quando aplicável ao Município.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), quando aplicável ao Município.
3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
 - c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores.

Artigo 4.º

Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano

1. O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, confirmando as seguintes regras:
 - a) Estão proibidas as alterações orçamentais nas seguintes situações:
 - i. Que impliquem aumento ou redução da despesa obrigatória por conta de despesa com outra natureza;
 - ii. Que reduzam rubricas em que ocorram necessidades certas ou que estejam associadas a "compromissos assumidos";
 - iii. Que impliquem anulação em dotações de projetos com financiamento alheio sendo proibida a reafectação de dotações de projetos/ações com financiamento alheio a outros projetos/ações.
 - b) Não deve ser feita anulação em dotações orçamentais de capital para reforço de despesa corrente, ficando sujeita a prévia avaliação do equilíbrio corrente orçamental municipal;



MUNICÍPIO DA CALHETA

c) A anulação ou reforço de despesa obrigatória por conta de despesa com outra natureza fica sujeita a prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal.

2. As dotações orçamentais são afetadas, em primeira instância, aos compromissos e à dívida transitados do ano anterior.

3. As dotações orçamentais, por relação com o número anterior, são alocadas, na primeira alteração orçamental, com os ajustamentos, em termos de económicas e de orgânicas que se mostrar necessário, de acordo com os compromissos e a dívida transitada, de facto, após o fecho da execução orçamental de 2019.

4. A aprovação das revisões orçamentais é da competência da Assembleia Municipal e realizam-se sempre que impliquem um aumento do valor global do orçamento aprovado, salvo quando se trate da aplicação de receitas legalmente consignadas, de empréstimos contratados e da nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.

5. No caso do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, as modificações a efetuar a estes documentos consubstanciam-se em revisões sempre que se torne necessário anular ou incluir novos projetos.

6. O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento poderá conduzir à elaboração de uma revisão ao orçamento bem como à diminuição ou anulação de receitas sempre que o desenrolar da atividade municipal seja reveladora de que as fontes de financiamento serão comprovadamente inferiores ao previsto inicialmente. Caso a diminuição da receita tiver subjacente uma diminuição de receitas legalmente consignadas ou de empréstimos contratados, deve essa redução implicar a formulação de uma alteração orçamental.

7. Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 34 da mesma Lei, a Câmara Municipal delega no Presidente da Câmara a competência para aprovação de alterações orçamentais.

Artigo n.º 5

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.

2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Unidade responsável pela gestão financeira.

3. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para unidade responsável pela gestão financeira, no prazo máximo de 48 horas.

4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à Unidade responsável pela gestão financeira em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.

5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse



MUNICÍPIO DA CALHETA

público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira em 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

6. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas em 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.

7. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 6.º

Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 7.º

Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.



MUNICÍPIO DA CALHETA

Capítulo II

Receita orçamental

Secção I

Princípios

Artigo 8.º

Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição o artigo orçamental adequado, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. É proibida a arrecadação de quaisquer receitas municipais sem o registo da respetiva liquidação, sob pena de responsabilidade disciplinar.
3. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
4. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
5. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
6. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à Unidade responsável pela gestão financeira.

Secção II

Entrega das receitas cobradas

Artigo n.º 9

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, a receita referente a cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro, deverá ser depositada, pelos serviços designados para o efeito, na conta bancária indicada pela unidade responsável pela gestão financeira.
3. Nos casos referidos no número anterior, a entidade depositante deve no primeiro dia útil imediato ao do depósito, efetuar a entrega, na tesouraria, das guias de recebimento e dos comprovativos de depósito, para contabilização.



MUNICÍPIO DA CALHETA

Artigo n.º 10

Anulação e Restituição de Receita Cobrada

1. As anulações de dívida devem ser efetuadas, mediante informação devidamente fundamentada quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida, após autorização da Câmara Municipal exceto quanto ao motivo seja duplicação ou lapso no cálculo do valor a cobrar que passará para a competência do Presidente da Câmara Municipal.
2. A devolução de valores já arrecadados terá que ser efetuada mediante informação dos serviços contendo obrigatoriamente as razões que a justificam, e assinada pelo responsável do respetivo serviço, sendo a autorização de devolução da competência do Presidente da Câmara.

Artigo n.º 11

Pagamento em Prestações

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento e devem ser autorizados nos termos do Regulamento de Taxas, Compensações e Tarifas do Município de Calheta
2. Excluem-se os pedidos de pagamento em prestações, no âmbito dos processos de execução fiscal, os quais têm natureza judicial.

Capítulo III

Despesa orçamental

Secção I

Princípios e regras

Artigo n.º 12

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as devidas alterações, quando aplicável ao Município.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda ou



MUNICÍPIO DA CALHETA

documento equivalente;

3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.

4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

- a. Recomenda-se que, sempre que possível as propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências, bem como as propostas de adjudicação de bens e serviços, terão que ser acompanhadas de declaração quer da Segurança Social comprovativa da situação contributiva regularizada como das Finanças a comprovar a situação tributária regularizada, a qual deverá mencionar que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros.

Artigo n.º 13

Processo de despesa

1. Após a autorização da despesa pelo órgão competente, é da responsabilidade da Secção de Contabilidade e Património a criação do processo de despesa, bem como a atribuição do respetivo compromisso.

2. O compromisso só pode ser assumido pelo Município quando este disponha de fundos que lhe permitam cumprir as suas obrigações contratuais, conforme estipulado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), quando aplicável ao Município.

3. É da competência da Secção de Contabilidade e Património o cálculo mensal dos fundos disponíveis, devendo para o efeito ser anexo a cada processo um extrato de acompanhamento da sua evolução.

Artigo n.º 14

Descativação de verbas

Compete aos serviços que desencadearam a assunção de despesa, comunicar à Secção de Contabilidade e Património a eventual desistência ou redução de valores, tendo em vista a descativação de verbas



MUNICÍPIO DA CALHETA

cabimentadas e/ou comprometidas.

Artigo n.º15

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela Unidade Responsável pela gestão financeira.

Secção II

Autorização da despesa e pagamentos

Artigo n.º 16

Competências

1. Em tudo quanto não se encontrar especificamente regulado no presente artigo, os responsáveis pelos serviços municipais autorizam despesas nos termos das respetivas delegações de competências, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria pela legislação em vigor.
2. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
 - a) Até 748.196,85 €, o Presidente de Câmara, conforme deliberação de 20 de outubro de 2017;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal;
 - c) Até 6.750,00€, os vereadores nos termos do n.º 2 do art.º 36 e alínea g) do n.º 1 do art.º 35, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme despacho de delegação de competências de 8 de Novembro de 2017.
3. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DA CALHETA

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara

Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 18º do DL 197/99, de 8 de junho, fica a Câmara Municipal autorizada a executar a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao montante de € 149.639,47, excluído o IVA incidente na aquisição dos bens nelas aplicadas.

Artigo n.º 17

Apoio às competências materiais dos órgãos das Freguesias

1. Durante o exercício de 2021, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no art.º 16.º do mesmo diploma:

- a) Em numerário até ao limite constante no mapa das transferências para as freguesias.
- b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.

Artigo n.º 18

Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da LCPA, quando aplicável ao Município, e do art.º 12 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, quando aplicável ao Município, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, é concedida autorização prévia favorável para assunção de compromissos plurianuais e a sua reprogramação até aos limites máximos indicados nas Grandes Opções do Plano, desde que a reprogramação não implique aumento da despesa.

2. Nos termos do n.º 3 do art.º 6 da LCPA, quando aplicável ao Município, e alínea b) do n.º 1 do art.º 22 do D.L. 197/99, a competência para assunção de compromissos plurianuais é delegada no Presidente da Câmara, quando os mesmos:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no n.º 1, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos



MUNICÍPIO DA CALHETA

previstos na LCPA, quando aplicável ao Município, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Artigo n.º 19

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA, quando aplicável ao Município, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos;
- i) Comunicações telefónicas e postais;
- j) Prémios de seguros;
- k) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Capítulo IV

Disposições finais

Artigo n.º 20

Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara e submetidas para posterior ratificação à Câmara Municipal e Assembleia Municipal quando sejam da sua competência.



MUNICÍPIO DA CALHETA

Artigo n.º 21

Vigência

O orçamento, as grandes opções do plano e as normas reguladoras da execução orçamental vigorarão, após aprovação em Assembleia Municipal, a partir de 01/01/2022.

Calheta, 30 de Novembro de 2021.

Presidente da Câmara Municipal da Calheta

Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles



MUNICÍPIO DA CALHETA

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO

ANO 2022

A QUE SE REFERE O ARTIGO 46.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO



[Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically along the right margin.]

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

O Orçamento do Município para 2022, diminuiu o valor das receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, relativo à proposta do Orçamento de Estado de 2022, a diminuição da carga fiscal incidente sobre os contribuintes relativamente ao IMI, o aumento dos apoios sociais e a realização de novos investimentos fundamentais ao desenvolvimento do concelho.

O orçamento assenta em três pilares fundamentais:

- Consolidação orçamental;
- Aumento dos apoios sociais /Covid-19

Os sucessos alcançados nos últimos anos em todas estas dimensões permitiram atenuar e recuperar o equilíbrio orçamental.

No que concerne à despesa de investimento, a dotação prevista contempla também o investimento a realizar na beneficiação da rede viária, equipamento básico, hardware e software informático.

A.
B.
C.
D.
E.
F.
G.
H.
I.
J.
K.
L.
M.
N.
O.
P.
Q.
R.
S.
T.
U.
V.
W.
X.
Y.
Z.



MUNICÍPIO DA CALHETA

ENQUADRAMENTO LEGAL

O presente orçamento cumpriu com os princípios do Equilíbrio Orçamental, Anualidade e Plurianualidade, Unidade e Universalidade e da Não Consignação, definidos nos artigos 40º a 47º da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro).

Para aferir da evolução do desempenho financeiro do Município, apresentam-se os seguintes indicadores:

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL 2022

A Proposta do Orçamento para 2022 encontra-se equilibrada uma vez que a receita corrente bruta é superior à despesa corrente adicionada das amortizações médias de empréstimos a M/L prazos, de acordo com o art.º 40 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

		DESPESA CORRENTE	10.440.652,00€
RECEITA CORRENTE BRUTA	10.979.596,00€		
		AMORTIZAÇÕES MÉDIAS EMPRÉSTIMOS M/L	374 059,77 €
TOTAL (1)	10.979.596,00€	TOTAL (2)	10.814.711,77€
Receita corrente bruta ≥ Despesa corrente + Amortizações médias Empréstimos M/L Prazo (3)=(1)-(2)			164.884,23€



MUNICÍPIO DA CALHETA

RELAÇÃO DA DÍVIDA PROTOCOLADA

ENTIDADE	Modalidade	Divida Prevista a 31-dez-21	Divida Prevista a 31-dez-22	Divida para anos Seguintes
ARM (VALOR AMBIENTE)	Acordo Pagamento	42.849,73 €	0 €	0 €
EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA, S.A.	Acordo Pagamento	117.472,67€	29.359,79 €	29.359,79 €
PONTA DO OESTE, S.A.	Acordo Pagamento	143.001,14 €	92.628,98 €	92.628,98 €
		303.323,54 €	121.988,77 €	121.988,77 €

RELAÇÃO DA DÍVIDA À BANCA E ESTADO

ENTIDADES	VALOR a 30/Set/2021	VALOR A 31/12/2022
C.G.D - Empréstimos M.L.P -Habitação Social	71.168,18€	0€
IGCP E.P.E.Estado - Empréstimo M.L.P	1.681.394,55€	1.214.187,95€
TOTAL EM EUROS	1.752.562,73€	1.214.187,95€

Comprova e evidencia o quadro acima transcrito, que as finanças municipais gozam de boa saúde devido à política de sustentabilidade seguida pelo executivo camarário.

O município durante o ano de 2021 contratualizou um empréstimo bancário no valor de 2 900 000,00 euros, com o objectivo de financiar obras, no entanto ainda não foram executadas, prevendo-se a sua execução para o exercício de 2022.

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

A estrutura do orçamento assentou na seguinte decomposição:

01.01 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS

01.02 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL

01.03 – CÂMARA MUNICIPAL

ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

O cálculo da previsão das receitas para o ano económico de 2022, apresenta um aumento de 5.771.373,00 euros, em relação ao ano anterior. Deve-se este aumento à inscrição da participação de dois projectos comunitários e a média da receita dos direitos de passagem, dos últimos 24 meses. Ficando o orçamento da receita no montante de 19.912.272,00 euros.

RECEITAS CORRENTES	10.979.596,00€
RECEITAS CAPITAL	8.931.676,00€
OUTRAS RECEITAS	1.000,00 €
TOTAL EM EUROS	19.912.272,00 €



MUNICÍPIO DA CALHETA



2. Receita por grandes rubricas

DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	
RECEITAS CORRENTES	10 979 596,00 €
IMPOSTOS DIRETOS	2 581 358,00 €
IMPOSTOS INDIRETOS	444 011,00 €
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	177 970,00 €
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	10 471,00 €
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 669 145,00 €
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 091 875,00 €
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4 766,00 €
RECEITAS DE CAPITAL	8 931 676,00 €
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1 932,00 €
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6 029 724,00 €
PASSIVOS FINANCEIROS	2 900 000,00 €
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20,00 €
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 000,00 €



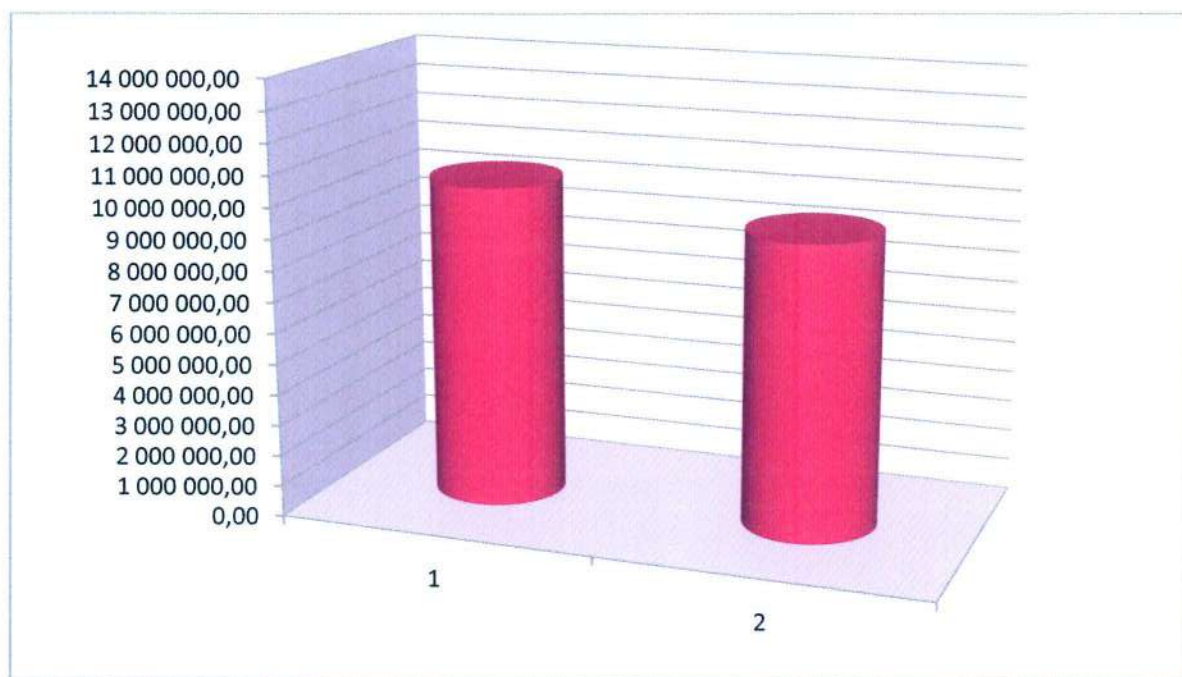
MUNICÍPIO DA CALHETA

PREVISÃO DAS DESPESAS

3. Visão global das despesas

Relativamente à despesa municipal para o exercício económico de 2022, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída pelos diversos agrupamentos, prevê-se o montante de 19.912.272,00 euros.

DESPESAS CORRENTES	10 440 652,00€
DESPESAS CAPITAL	9 471 620,00€
TOTAL	19 912 272,00 €





MUNICÍPIO DA CALHETA

4. Despesa por classificação económica

DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	
DESPESAS CORRENTES	10 440 652,00 €
DESPESAS COM O PESSOAL	3 781 000,00 €
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4 972 022,00 €
JUROS E OUTROS ENCARGOS	84 010,00 €
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	939 220,00 €
SUBSIDIOS	165 190,00 €
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	499 210,00 €
DESPESAS DE CAPITAL	9 471 620,00 €
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9 078 370,00 €
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 020,00 €
ACTIVOS FINANCEIROS	10,00 €
PASSIVOS FINANCEIROS	391 200,00 €
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	20,00 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

5. Encargos correntes da dívida

Os juros e outros encargos correntes que se prevê para o ano de 2022 serão de 84 010,00 euros, registando-se um aumento de 22 000,00 euros, comparativamente com o ano anterior.

6. Transferências correntes

As transferências correntes englobam, entre outras, as transferências para as Freguesias, para os estudantes e para as instituições sem fins lucrativos.

7. Despesas com pessoal

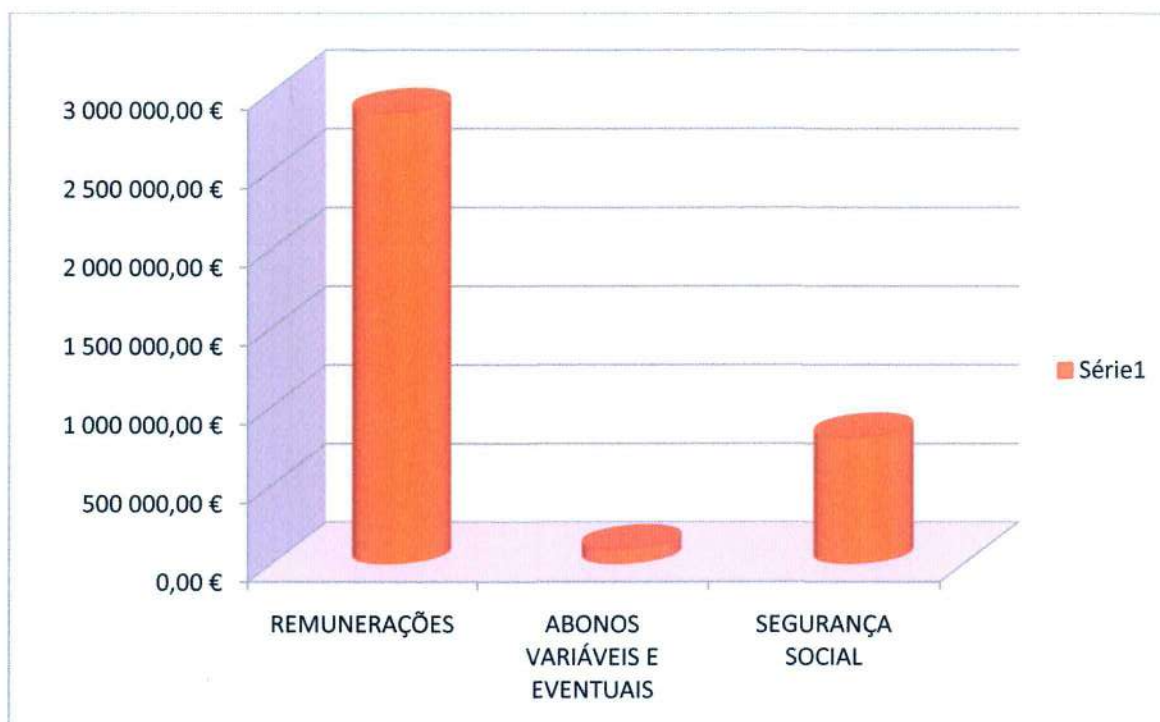
No exercício económico de 2022 estima-se que as despesas com pessoal aumentem face ao ano anterior, com uma dotação de 3.768 960,00 euros, devido a admissão de pessoal, durante os anos de 2019 e 2020.

8. Despesas com pessoal por natureza económica

REMUNERAÇÕES	2.869.830,00 €
ABONOS VARIÁVEIS E EVENTUAIS	93.770,00 €
SEGURANÇA SOCIAL	805.360,00 €
TOTAL	3.768.960,00 €



MUNICÍPIO DA CALHETA



9. Áreas de Intervenção do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

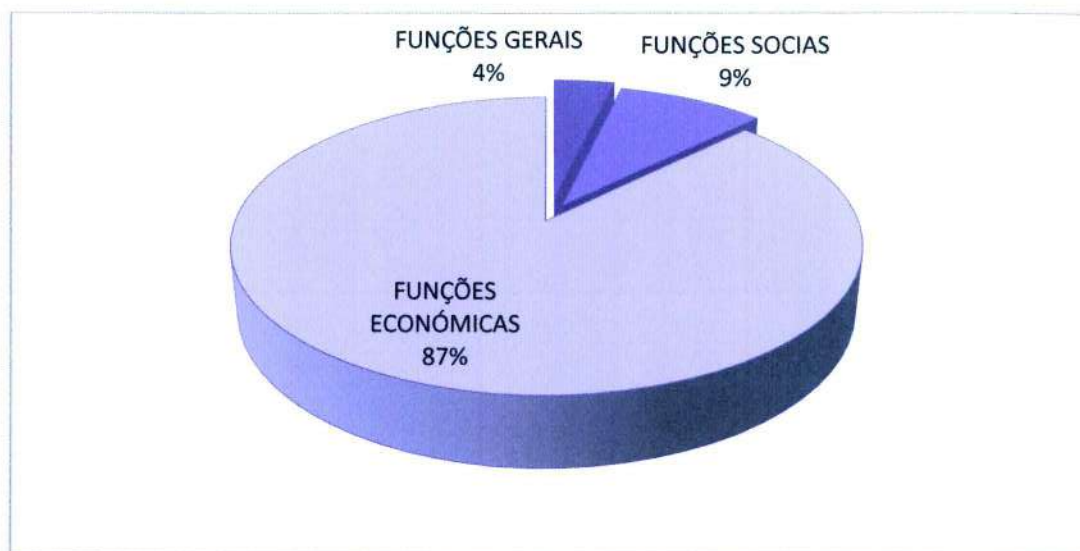
O Plano Plurianual de Investimentos reflete todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento, as quais são classificadas na rubrica económica 07 - Aquisições de bens de capital.

Desta forma, o PPI reflete os investimentos diretos que a autarquia promove e desenvolve no âmbito dos objetivos e programas que são definidos como prioritários, apresentando ainda os investimentos a realizar no próximo ano e nos anos seguintes:

FUNÇÕES GERAIS	333 410,00 €
FUNÇÕES SOCIAIS	809 250,00 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS	7 913 710,00 €
TOTAL	9 056 370,00 €



MUNICÍPIO DA CALHETA



Dando cumprimento à alínea e do n.º1 do artigo 46.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a descrição dos programas afetos ao PPI encontra-se devidamente mencionada no respetivo mapa, sendo que a opção por estes programas enquadra-se na necessária política equilíbrio orçamental e de respeito pelas regras previsionais, sendo que estrategicamente continua a autarquia a procurar intervir em infraestruturas que possibilitem melhores condições aos agentes económicos e uma melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

10. Áreas de intervenção do Plano de Atividades Municipais (PAM)

Sendo o Plano de Atividades Municipais (PAM) um documento previsional que contém as atividades mais relevantes, demonstrativo da preocupação constante das carências nas mais variadas vertentes sociais e humanas que afetam a população, para o ano de 2022 dando continuidade aos projetos ou ações que de certa forma valorizam todo o Concelho da Calheta.

FUNÇÕES GERAIS	2 367 499,00 €
FUNÇÕES SOCIAIS	636 860,00 €
TOTAL	3 004 359,00 €



MUNICÍPIO DA CALHETA



Dando cumprimento à alínea e do n.º1 do artigo 46.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e à semelhança no atrás referido para o PPI, a descrição dos programas afetos ao PAM encontra-se devidamente mencionada no respetivo mapa, sendo que a opção por estes programas enquadra-se na necessária política equilíbrio orçamental e de respeito pelas regras previsionais, sendo que encontram-se discriminadas as variadas atividades, nomeadamente aquelas afetas aos serviços comuns a toda a autarquia e salienta-se a forte aposta do município nas suas funções sociais, nomeadamente nos apoios e subsídios concedidos, bem como nas atividades lúdico desportivas e de manutenção física. Assim, estrategicamente continua a autarquia a focar-se na população, procurando intervir na educação, na família e na saúde dos munícipes, ou seja, existe um esforço orçamental nas necessidades imediatas da população, sem obviamente ir além das capacidades financeiras do município.

11. Procedimentos observados na preparação do Orçamento da Receita

Na sua elaboração foi tida em consideração as regras previsionais de forma a garantir a uniformização dos critérios de previsão (Ponto 3.3 das CT do POCAL). As importâncias relativas dos impostos, taxas e tarifas foram inscritas no orçamento por um valor que não pode ser superior a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que procedem o mês da sua elaboração e a venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses (artigo 253º LOE).



MUNICÍPIO DA CALHETA

12. Passivos contingentes

De acordo com o artº 46 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro é obrigatória a divulgação dos passivos contingentes, ou seja de obrigações presentes (legal ou construtiva) como resultado de acontecimento passado e que ainda não sejam dívida e que não tenham sido reconhecidas como provisões por não ser possível prever se irá conduzir a um pagamento e ou estimar o seu valor.

Na presente data o Município não tem conhecimento de passivos contingentes.

13. Considerações Finais

Como se evidenciou ao longo deste documento, o Município da Calheta continua a depender fortemente das transferências do Estado.

Calheta, 30 de Novembro de 2021.

Presidente da Câmara Municipal da Calheta

Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles



MUNICÍPIO DA CALHETA

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

ANO 2022

FREGUESIAS	OE 2021 100%	25%
ARCO DA CALHETA	76.498,00 €	19.124,50€
CALHETA	62.534,00 €	15.633,50€
ESTREITO DA CALHETA	40.661,00 €	10.165,25€
FAJÃ DA OVELHA	49.668,00 €	12.417,00€
JARDIM DO MAR	23.863,00 €	5.965,75€
PAÚL DO MAR	24.877,00 €	6.219,25€
PONTA DO PARGO	48.257,00 €	12.064,25€
PRAZERES	32.828,00 €	8.207,00€
TOTAL	359.186,00 €	89.796,50€

Nota: O valor corresponde a 25% do montante previsto no Orçamento de Estado para 2022 a transferir para as Freguesias.



RELAÇÃO DE DÍVIDA PROTOCOLADA PARA ANOS SEGUINTE

ENTIDADE	Modalidade	Dívida a 1 Jan 2021	Dívida Prevista a 31 Dez. 2021	Dívida Prevista a 31 Dez. 2022	Dívida para anos seguintes
VALOR AMBIENTE, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RESÍDUOS MADEIRA, S.A.	Acordo Pagamento	128.551,33 €	42.849,97 €	0,00 €	0,00 €
IGA-INVESTIMENTO E GESTÃO DE ÁGUA, S.A.	Acordo Pagamento	1.896,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA, S.A.	Acordo Pagamento	132.158,15 €	117.472,67 €	102.787,19 €	102.787,19 €
PONTA DO OESTE-SOC. DE PRO. E DESEN.DA ZONA OESTE DA MAD., S.A.	Acordo Pagamento	193.373,30 €	143.001,14 €	92.628,98 €	92.628,98 €
		455.979,32 €	303.323,78 €	195.416,17 €	195.416,17 €

Calheta 2 de Dezembro de 2021

A Coordenadora Técnica

APLICAÇÃO DA NOVA REGRA DO EQUILÍBRIO CORRENTE

A. Testes ao Limite das despesas correntes (art.º 40.º da LFL)

A ter em conta na elaboração dos docs. Previsionais

- (1) Indique o valor das receitas correntes brutas previstas para 2022
- (2) Amortizações médias de empréstimos existentes 1)
- (3) Amortizações médias de empréstimos a contratar
- (4)=(1)-(2)-(3) Limite às despesas correntes para 2022

10 979 596,00 €
374 059,77 €
- €
10 605 536,23 €

*Fonte: Controlo orçamental da receita reportada a 31 de dezembro do ano para o qual se pretende aferir o cumprimento da regra

1) - Amortizações médias calculadas a 01/01/2014

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Designação da entidade	Município de Calheta - Madeira	
Gerência	01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020	Situação em 31/12/2020

Mapa das Participações da Entidade

Deliberações e documentação identificada na alínea a) do n.º 4 do ponto II das instruções n.º 1/2001 - 2ª S

A - Participações em entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/2015)			Forma da Realização do Capital			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	

B - Participações em entidades não societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/2015)				Forma da Realização do Capital			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		
Associação Municípios da Região Autónoma da Madeira	511027303	Associação Municípios	91333		N/APL	10,30	N/APL	N/APL	N/APL			
Anmp-Associação N.de Mun.Portugueses	501627413	Associação Municípios	94110	1 493710,00	N/APL	0,32	N/APL	N/APL	N/APL			

(Handwritten signatures and initials)